

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	560
Decisão CEA/SP nº	405/2018
Referência:	Processo nº SF-2975/2016
Interessado(a):	HENRIQUE GALHARDO DE OLIVEIRA

EMENTA: Encaminha o processo à Comissão de Ética Profissional em face da suposta falta ética cometida pelo profissional Eng. Agr. Henrique Galhardo de Oliveira, nos termos do artigo 8º inciso IV, 9º inciso III alínea “d” e artigo 10 inciso I alínea “a” do Código de Ética Profissional anexo da Resolução 1002/02 do Confea.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 22 de novembro de 2018, apreciando o processo **SF-2975/2016**, em regime de extra pauta, que trata de denúncia encaminhada pelo Meritíssimo Juiz de Direito da Comarca de Sertãozinho em face do profissional Eng. Agr. Henrique Galhardo de Oliveira. Considerando o relato do Conselheiro, fls. 22-28, transcrito a seguir: Trata-se o presente processo de denúncia protocolada sob nº 146225 em 28/10/2016 pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – Comarca de Sertãozinho contra o profissional Engº Agrônomo Henrique Ferreira Galhardo de Oliveira onde consta; - Memorando nº 361/2016 da Sub Procuradora do Consultivo à UGI-Ribeirão Preto sobre o processo nº 0003970-95.2002.8.26.0597 onde o Exmo Senhor Juiz solicita providencias desta Regional em relação à conduta irregular eventualmente praticada pelo engenheiro agrônomo Henrique Galhardo de Oliveira (03/11/2016) (fl 02); - Ofício do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – Comarca de Sertãozinho ao CREA-SP informando da decisão proferida nos autos e para que seja tomada as providencias cabíveis em relação ao Eng. Agrônomo Henrique Galhardo de Oliveira (fl 04) - Despacho do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – Comarca de Sertãozinho ao CREA-SP com o seguinte teor: Ante a inércia do perito nomeado nos autos, destituo do encargo para qual fora nomeado. Oficie-se ao órgão de classe (CREA), solicitando as medidas cabíveis com relação ao sr. Perito, uma vez que a sua conduta nos presentes autos, vem atrapalhando o regular andamento do feito e trazendo sério prejuízo às partes. Informe-se que o sr. Henrique Galhardo de Oliveira fora nomeado por este juízo para realização de perícia na área de Engenharia Agrônômica, tendo aceitado o cargo, bem como, apresentado o laudo. Porém, deixou de prestar os esclarecimentos complementares solicitados pela parte autora no prazo fixado (e prorrogado), mesmo tendo sido intimado a fazê-lo em duas oportunidades. Sem prejuízo, extraíam-se cópias dos autos a partir das fls 1063 e encaminhem-nas ao Ministério Público para averiguação de eventual conduta criminosa praticada pelo expert. Feito isso, cientifique a parte autora desta decisão e intime-a para manifestar se ainda persiste o interesse nos

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

esclarecimentos solicitados às fls 2129/2131; em caso positivo, será nomeado outro expert e os encargos decorrentes para tal finalidade serão por ela custeados.(17/10/2016) (fl 05); - No resumo do profissional constata-se que o profissional está registrado neste conselho como ENGENHEIRO AGRÔNOMO com atribuições do artigo 5º da Resolução 218/73 do CONFEA; e com débito de anuidades 2014, 2015, 2016 e não constando responsabilidades técnicas ativas. (extraído em 01/12/2016) (fl 06); - A agente administrativa da UGI-Presidente Prudente encaminha ofício ao chefe da unidade sugerindo notificar o denunciado com cópia da denúncia para apresentação de manifestação; e informando-o da instauração do processo administrativo. (fl 07); - Ofício ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – Comarca de Sertãozinho informando que a denúncia protocolada sob nº 146225 deu origem ao processo administrativo e que está sendo analisado no âmbito de atuação do CREA-SP e AR de recebimento em 13/12/2016. (fl 08 e 10); - Ofício ao interessado da denúncia protocolada sob nº 146225 a manifestar-se formalmente a respeito da denúncia objeto do processo administrativo – ofício nº 13293/2016. (01/11/2016) (fl 09); - Novo ofício ao interessado da denúncia com o mesmo conteúdo do ofício 13293/2016 – ofício nº 13293/2018 – emissão 22/05/2018 (fl 11); - Informação da agente administrativa da UGI-Presidente Prudente informando que o ofício 13293/2016 não possuía comprovação de entrega pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e em decorrência disso foi realizada tentativa de localização do profissional e apesar de todo esforço não obteve êxito e que somente em 22/05/2018 foi possível entregar o ofício quando o interessado compareceu à UGI-Presidente Prudente para tratar de assuntos relacionados a débitos de anuidades – ofício 13293/2018 (fl 12); - O profissional manifesta sobre a denúncia alegando que foi respondido os quesitos elaborados dentro do prazo estipulado. Novos esclarecimentos foram apresentados, porém, alega que não teve conhecimento na ocasião e que tomou ciência destes, após muito tempo por intimação policial. Alega ainda que o endereço de contato continua o mesmo – emitida em 02/07/2018 (fl 14); - No resumo do profissional consta o parcelamento do débito de anuidades 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018 e que está em débito com as parcelas 3 e 5; e ainda que não possui responsabilidades técnicas ativas (extraída em 17/08/2018) (fl 16); - Informação da Assistente Técnica da DAC 3/ SUPCOL 2. PARECER 2.1. Lei Federal nº 5.194/66 que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro Agrônomo e dá outras providências (...) Art. 45. As Câmaras Especializadas são os órgãos dos Conselhos Regionais encarregados de julgar e decidir sobre os assuntos de fiscalização pertinentes às respectivas especializações profissionais e infrações do Código de Ética. (...) Art. 46 - São atribuições das Câmaras Especializadas: a) julgar os casos de infração da presente Lei, no âmbito de sua competência profissional específica; b) julgar as infrações do Código de Ética; c) aplicar as penalidades e multas previstas; ...” 2.2. RESOLUÇÃO Nº 1.004, DE 27 DE JUNHO DE 2003 Aprova o Regulamento para a Condução do Processo Ético Disciplinar. Art. 1º Este regulamento estabelece procedimentos para instauração, instrução e julgamento dos processos administrativos e aplicação das penalidades relacionadas à apuração de infração ao Código de Ética Profissional da Engenharia, da Arquitetura, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia, adotado pela Resolução nº 1.002, de 26 de novembro de 2002. § 1º Os procedimentos adotados neste regulamento também se aplicam aos casos previstos no art. 75 da Lei nº 5.194, de 1966. § 2º Os procedimentos estabelecidos aplicam-se aos

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

profissionais da Engenharia, da Arquitetura, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia, em seus níveis superior e médio, que transgredirem preceitos do Código de Ética Profissional, e serão executados pelos vários órgãos das instâncias administrativas do Sistema Confea/Crea. (...) Art. 8º Caberá à câmara especializada da modalidade do denunciado proceder a análise preliminar da denúncia, no prazo máximo de trinta dias, encaminhando cópia ao denunciado, para conhecimento e informando-lhe da remessa do processo à Comissão de Ética Profissional. 2.3. Lei Federal 13.105 de 16/03/2015 denominada Código de Processo Civil, ou CPC, cuja vigência se iniciou a partir de 17/06/2016. Art. 157. O perito tem o dever de cumprir o ofício no prazo que lhe designar o juiz, empregando toda sua diligência, podendo escusar-se do encargo alegando motivo legítimo § 1º A escusa será apresentada no prazo de 15 (quinze) dias, contado da intimação, da suspeição ou do impedimento supervenientes, sob pena de renúncia ao direito a alegá-la. § 2º Será organizada lista de peritos na vara ou na secretaria, com disponibilização dos documentos exigidos para habilitação à consulta de interessados, para que a nomeação seja distribuída de modo equitativo, observadas a capacidade técnica e a área de conhecimento. Art. 158. O perito que, por dolo ou culpa, prestar informações inverídicas responderá pelos prejuízos causar à parte e ficará inabilitado para atuar em outras perícias no prazo de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, independentemente das demais sanções previstas em lei, devendo o juiz comunicar o fato ao respectivo órgão de classe para adoção das medidas que entender cabíveis. ... Art. 468. O perito pode ser substituído quando: I - faltar-lhe conhecimento técnico ou científico; II - sem motivo legítimo, deixar de cumprir o encargo no prazo que lhe foi assinado. § 1º No caso previsto no inciso II, o juiz comunicará a ocorrência à corporação profissional respectiva, podendo, ainda, impor multa ao perito, fixada tendo em vista o valor da causa e o possível prejuízo decorrente do atraso no processo. § 2º O perito substituído restituirá, no prazo de 15 (quinze) dias, os valores recebidos pelo trabalho não realizado, sob pena de ficar impedido de atuar como perito judicial pelo prazo de 5 (cinco) anos. § 3º Não ocorrendo a restituição voluntária de que trata o § 2o, a parte que tiver realizado o adiantamento dos honorários poderá promover execução contra o perito, na forma dos artigos 513 e seguintes deste Código, com fundamento na decisão que determinar a devolução do numerário 2.4. Instrução nº 2559/13 do CREA-SP, que dispõe sobre procedimentos para a tramitação de denúncias e de processo Ético-Disciplinar no CREA-SP: Art. 1º A denúncia, protocolada nas Unidades de Atendimento do Crea-SP, será acolhida quando formulada, por escrito, apresentada pelos instrumentos relacionados no artigo 7º do anexo da Resolução 1.004/03 e no artigo 2º da Resolução nº 1.008/04, ambas do Confea, conforme segue: I - se pessoa física deve conter: o nome, o número do CPF, o número do RG (contendo o órgão emissor) e o endereço para o recebimento de comunicações; II - se pessoa jurídica deve conter: o número do CNPJ, a identificação do representante legal, a assinatura, a data e o endereço para o recebimento de comunicações; III – a denúncia apresentada, por procurador, deverá estar acompanhada da respectiva procuração com firma reconhecida, outorgando-lhe poderes específicos para denunciar; IV – a denúncia deverá conter provas circunstanciais ou elementos comprobatórios do fato denunciado. Art. 2º Caso a denúncia protocolada não atenda ao disposto no artigo anterior, a Unidade de Atendimento receptora deverá comunicar ao denunciante quanto às exigências que devem ser atendidas para o seu recebimento, concedendo-se o prazo de dez

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

dias, sob pena de indeferimento e arquivamento do inicialmente protocolado, conforme Modelo nº 01 desta Instrução. Art. 3º Atendendo a todos os requisitos anteriores, a denúncia será recebida pela respectiva Unidade de Atendimento do Crea-SP. Art. 4º A denúncia será tratada pela Unidade de Atendimento do Crea-SP em procedimento de apuração de denúncia por meio de processo de ordem “SF”, tendo por interessado o denunciado ou quando este for desconhecido, o Crea-SP e por assunto “Análise Preliminar de Denúncia”. Art. 5º A denúncia que mencione um ou mais profissionais, do Sistema Confea/Crea, será tratada pela Unidade de Atendimento do Crea-SP em procedimento de apuração de denúncia por meio de processo de ordem SF, que deve atender o que segue: I – ao(s) denunciado(s) deverá(ão) ser encaminhado(s) ofício(s), com Aviso de Recebimento – AR, informando-o(s) sobre a instauração de procedimento de apuração de denúncia, contendo cópia da denúncia, bem como do prazo para manifestação de dez dias, contados a partir do recebimento do mesmo, destacando que o não atendimento à notificação não impedirá o prosseguimento do processo; II - ao denunciante deverá ser enviado ofício informando-o da instauração do processo administrativo, com Aviso de Recebimento – AR. §1º Os ofícios mencionados nos incisos I e II poderão ser entregues por servidor do Conselho, mediante recibo assinado. §2º O comprovante do recebimento do ofício, AR ou recibo devidamente assinado, deve ser anexado ao processo, com registro da data de sua juntada, por servidor devidamente identificado. Art. 6º A denúncia recebida que não mencione profissional (is) do Sistema Confea/Crea será encaminhada à área de fiscalização, para as diligências necessárias à apuração dos fatos e, posteriormente, encaminhada à Câmara Especializada da respectiva modalidade da atividade, objeto da denúncia, para análise e manifestação. (...) Art. 8º A denúncia recebida, oriunda de qualquer instância ou esfera do Poder Judiciário e/ou Ministério Público, deverá ser acolhida, protocolada e terá o mesmo tratamento aplicado às demais denúncias consideradas nesta Instrução. Art. 9º Com o processo de “Análise Preliminar de Denúncia” instaurado, este deverá ser instruído pela Unidade de Atendimento do Crea-SP com informações de arquivo existente, o nome dos envolvidos, mediante a pesquisa constando os dados relativos à regularidade de registro no Conselho, responsabilidade técnica por pessoa jurídica, atribuições profissionais, existência de outros processos em trâmite perante este Conselho e caso a denúncia envolva ato profissional referente a serviços e/ou obras, também anexar informações quanto ao registro da respectiva ART. (...) Art. 11. Recebido o processo na câmara especializada, da modalidade do denunciado, esta terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para proceder a Análise Preliminar de Denúncia - APD, podendo o Coordenador designar relator para tal, que atenderá ao que segue: §1º Verificará quanto aos indícios de falta ética, ou de infração à Legislação Profissional, nesse último caso o processo obedecerá aos procedimentos dispostos na Resolução nº 1.008/04 – Confea. §2º Se concluir pela existência de indícios de infração ao Código de Ética Profissional, o relatório fundamentado da Análise Preliminar de Denúncia deverá: I - indicar o profissional denunciado, cuja conduta deva ser apurada; II - estabelecer a conduta antiética, a ser apurada; III - relacionar o correspondente preceito tipificado no Código de Ética Profissional, relacionado à referida conduta. §3º Se o profissional, objeto da denúncia, for detentor de mais de um título, o processo será encaminhado à Câmara Especializada da área em que estiver enquadrada a atividade desenvolvida pelo profissional, no caso apresentado. Art. 12. Não acatada a

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

denúncia pela Câmara Especializada, o processo será restituído pelo Departamento de Apoio ao Colegiado – DAC à Unidade de Atendimento do Crea-SP, onde foi instaurado, conforme Modelo nº 2 desta Instrução, para dar conhecimento da decisão às partes interessadas, com Aviso de Recebimento – AR, conforme Modelo nº 3 desta Instrução. Parágrafo único. Da decisão de não acatamento da denúncia pela Câmara Especializada caberá recurso ao Plenário do Crea-SP. Art. 13. Entendida a denúncia como possível falta ética pela Câmara Especializada, o processo será restituído pelo Departamento de Apoio ao Colegiado – DAC à Unidade de Atendimento do Crea-SP, onde foi instaurado, para o atendimento do que segue: I - a transformação em processo de ordem “E”, tendo por assunto “Apuração de Falta Ética Disciplinar” e como interessado o nome e título do profissional denunciado. II – o envio de ofício às partes interessadas com cópia do relatório e da decisão referente à Análise Preliminar da Denúncia – APD, bem como, informando-as sobre a remessa do processo à Comissão de Ética Profissional, conforme Modelo nº4 desta Instrução. a) o ofício será enviado com Aviso de Recebimento – AR; b) o ofício poderá ser entregue por servidor do Conselho, mediante recibo assinado; c) o comprovante do recebimento do ofício, AR ou recibo devidamente assinado, deve ser anexado ao processo, com registro da data de sua juntada, por servidor devidamente identificado. III - Após a transformação do processo em outro de ordem “E” e juntados os comprovantes de envio dos ofícios às partes, o processo será encaminhado à Comissão de Ética Profissional para instrução; IV - Não sendo encontradas as partes, a Unidade de Atendimento, antes do envio do processo à Comissão Permanente de Ética, providenciará a minuta de intimação por edital, conforme Modelo nº 5 desta Instrução, e a encaminhará juntamente com processo para a Secretaria Geral da Presidência, devidamente instruído para análise, inclusive para a definição da área de abrangência a ser coberta pela publicação; V – Após a publicação, o processo deverá ser encaminhado à Comissão de Ética Profissional contendo a informação sobre a data da efetiva publicação do edital...” Considerando a Lei Federal 5.194/66 nos seus artigos 45 e 46; Considerando a Resolução 1004/03 do CONFEA nos seus art 1º e art 8º; Considerando a Lei Federal 13105/15 no seu art. 157; Considerando a Instrução 2559/13 do CREA-SP nos seus artigos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 8º, 9º e 11; 3. Voto Pelo encaminhamento do processo à Comissão de Ética Profissional, para apuração da suposta infração à alínea “a” inciso I do artigo 10 da Resolução 1002/02, do Confea, cometida pelo profissional Engenheiro Agrônomo Henrique Galhardo de Oliveira.” Considerando que o processo foi destacado e discutido pela Câmara Especializada de Agronomia. DECIDIU: **Encaminhar o processo à Comissão de Ética Profissional em face da suposta falta ética cometida pelo profissional Eng. Agr. Henrique Galhardo de Oliveira, nos termos do artigo 8º inciso IV, 9º inciso III alínea “d” e artigo 10 inciso I alínea “a” do Código de Ética Profissional anexo da Resolução 1002/02 do Confea.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Percin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas,



Fls. Nº _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Ftal. Ulysses Botino Peres, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Mauricio Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.
Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 06 de dezembro de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia